

BANHEIRO DE GENTE: OS BANHEIROS DO CAP-UERJ COMO UMA BRECHA PARA A EXISTÊNCIA TRANS

People's restroom: the restrooms from CAP-UERJ as a breach for trans existence

Remí Teixeira Campinas

Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9153-1283>

campinas.remi@gmail.com

Ana Carolina Santos Barbosa

Doutora em Geografia (UFF) e Professora Adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2530-7116>

geog.carolina@hotmail.com

Contribuição ao VI Simpósio Interdisciplinar de Pós-Graduação e Pesquisa (VI SINPE)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como os banheiros do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), notadamente o “banheiro de gente” e o “banheiro de estagiários”, são forjados como espacialidades formativas para os licenciandos da universidade. Dentro de uma lógica em que a noção binária e dicotômica de gênero se produz e reproduz no espaço escolar, os banheiros neutros emergem, portanto, como uma falha às arquiteturas desenhadas sob a égide das normas e parâmetros cisgêneros. Para isso, através de uma cartografia (Alvarez; Passos, 2009) composta por trabalhos de campo, regências e experimentações junto ao 7º ano do ensino fundamental, coloco em jogo minha própria vivência enquanto estagiário do CAP, a fim de entender como banheiros não generificados abrem brechas para diferentes possibilidades de existência e afirmam a presença de pessoas trans na educação básica. Nesse sentido, em constante diálogo com autores assentados no campo das geografias feministas (Silva; Ornat; Chimin Junior, 2023), que ratificam a importância das epistemologias trans (Preciado, 2019), discutimos possibilidades de visibilizar vivências trans-generificadas no espaço escolar. Apresentamos, portanto, como horizonte de ocupação a relação inter-escalar entre corpos dissidentes, entendidos como espaços existenciais (Barbosa, 2023; Lima, 2023) e a necessária reestruturação da escola como uma das táticas possíveis para criar condições de permanência na educação básica. A inclusão deste debate, grafado nas placas e portas do CAP-UERJ, traz elementos fundamentais para (re)pensar uma formação docente na qual a diferença faça parte dos currículos, da imaginação das geografias e da presença de todos os corpos no Instituto.

Palavras-chave: Gênero; Geografias Trans; Espaço Escolar; Banheiro; Corpo.

ABSTRACT

This paper seeks to examine how the restrooms of the Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), in particular, the so-called “people’s restroom” and the “interns’ restroom” are constituted as formative spatialities for pre-service teachers. Within a logic in which the binary and dichotomous notion of gender are continually produced and reproduced in the school environment,

gender-neutral restrooms emerge as breaches in architectures designed under cisnormative normatives and parameters. Thus, drawing on a cartographic approach (Alvarez; Passos, 2009) structured by fieldwork, teaching, and trials with 7th-grade students, I also place my own experience as a CAP intern to explore how non-gendered restrooms create openings for alternative ways of existence and affirmation of the presence of trans people in basic education. For this purpose, I engage in dialogues with scholars from feminist geographies (Silva; Ornat; Chimin Junior, 2023) who reaffirm the importance of trans epistemologies (Preciado, 2019), discussing possibilities for rendering trans lives and experiences visible within the school settings. We propose, as a horizon of occupation, an interscalar relationship between dissident bodies, understood as existential spaces (Barbosa, 2023; Lima, 2023), and the necessary restructuring of schools as a tactic to ensure conditions for persistence within basic education. The inclusion of this debate, inscribed on the very signs and doors of CAP-UERJ, highlights key elements for rethinking teacher education - an education in which difference is embedded in the curriculum, in the geographical imagination, and in the recognition of all bodies within the Institute.

Keywords: Gender; Trans Geographies; School Space; Restroom; Body.

1. INTRODUÇÃO

Enquanto uma pessoa trans não-binária encaro¹, cotidianamente, seja na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde realizo minha graduação em Geografia, no bar, no shopping, no metrô, no hospital ou em qualquer espaço urbano, um medo: em qual banheiro devo ir? Onde há a menor probabilidade de sofrer uma violência? Esse questionamento não me é exclusivo e sim uma das maiores questões que cercam as corporeidades trans, onde temos, constantemente, nosso direito fisiológico de realizar necessidades básicas, tais como mijar e cagar, negado (Preciado, 2019).

Por isso, ao imaginar que fazem parte do meu curso de licenciatura as disciplinas de Estágio Supervisionado em Geografia, que obrigatoriamente são realizadas no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), tive receio de ter na escola - assim como ocorre no bloco F do 4º andar do *campus* Maracanã da mesma universidade - a necessidade de ficar esperando, e segurando o máximo que eu conseguir, a minha vontade de ir ao banheiro.

Vale lembrar que a ansiedade retratada carrega a lembrança, às vezes marcada na pele, da escola como espaço de tradicional reprodução das normas cisgêneras e binárias. Nesse caminho, podemos recuperar Junckes e Silva (2009), Barbosa (2017, 2023), Cicconetti, Ferreira e Silva (2023) que no âmbito da Geografia abordaram as relações entre os constrangimentos vividos por corporalidades dissidentes e as arquiteturas escolares que, de forma discursiva, ajudam a desenhar o par permanência/expulsão da educação básica. São pedagógicas, portanto, as placas, as classificações generificadas feitas nos vestiários, as expectativas geradas desde o momento da matrícula, reverberadas em cada

¹ Apesar desta pesquisa ser desenvolvida a quatro mãos, na esteira de outras/os autores feministas, posicione-me escrevendo alguns momentos do texto em primeira pessoa a fim de dar o tom das experiências corporificadas que compuseram os trabalhos de campos, as angústias e a própria opção metodológica e epistêmica que fizemos.

chamada realizada no início das aulas. Esses elementos não são apenas memórias de um estudante, são aprendizagens que compõem hoje o que formo diariamente como uma identidade do docente que estou me tornando.

Entretanto, diferentemente do que vivencio em praticamente todos os espaços públicos que frequento, o CAp-UERJ oferece - não só a mim, mas a todos aqueles que, assim como eu, são violentados e constrangidos pelas tecnologias que generificam o espaço do banheiro - uma possibilidade de conforto ao dizer, logo na entrada, que aquele espaço é “de gente (cis, trans, etc)”.

Poderíamos criar um debate sobre a terminologia utilizada na placa e pensar, por exemplo, o que seria esse “etc” posto ao final, mas o que se dá na realidade é que independentemente de como está escrito, este banheiro rompe com a tradição. Refuta, por conseguinte, a norma que nega para pessoas trans um espaço seguro para realizar uma das atividades mais básicas do ser humano. Pouco interessa, na materialidade, como é concedida essa permissão (que chega até a ser engraçada). O que destacamos aqui é como uma simples frase, impressa numa folha A4, tem a capacidade de reconhecer a existência de vidas, de pessoas, que não se conformam ao espaço cisheteronormativo vivido também ao longo da nossa trajetória escolar.

Foi, neste ínterim, que pude afirmar e que discuto minha corporeidade como um “espaço existencial” (Barbosa, 2023; Lima, 2023) repleto de marcadores que me abrem e fecham portas, uma vez que sou muito feminina para alguns espaços e muito masculino para outros. Busco, dessa forma, construir uma abordagem que abarque minha posicionalidade (Haraway, 2005) de maneira articulada com os estudos feministas. É através deste corpo que sinto e penso à docência, que me perguntei quais seriam os rebatimentos de vivenciar como pessoa trans a volta para o espaço escolar, agora como estagiário. A relação inter-escalar entre corpo e os banheiros do CAp compõe, portanto, de forma relacional (Massey, 2013) as geografias da licenciatura.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender como os banheiros do CAp-UERJ, notadamente o “banheiro de gente” e o “banheiro estagiários”, são forjados como espacialidades formativas para a comunidade escolar. Vale lembrar que o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira recebe um público não apenas numeroso, mas diverso, são: estudantes da educação básica (do fundamental 1 ao ensino médio), licenciandos (da UERJ e de outras universidades), pessoas vinculadas à Pós-Graduação, além do seu corpo profissional composto por trabalhadores técnicos-universitários, docentes e terceirizados. Neste artigo, dedicamo-nos especialmente aos licenciandos, que ao realizar os estágios obrigatórios no Instituto estão, simultaneamente, envolvidos com os saberes-fazer que a docência instiga e imaginando seus caminhos para o futuro exercício em espaços educacionais.

Para a realização dos objetivos traçados foi necessário, em um primeiro momento, uma revisão teórica pautada nas Geografias Feministas (Silva, Ornat, Chimin Júnior, 2013) onde o debate de gênero abarque a existência de performances para além da binária de gênero, ou seja, que sejam originadas e/ou que compreendam e conversem com os saberes trans. Corroboramos com Jon Binnie (2013, p.10) que ao prefaciar o livro Geografias Malditas reitera tanto a importância da abordagem deste recorte temático/ epistemológico quanto a necessidade “de uma presença muito maior das vozes múltiplas e diversificadas de travestis e transgêneros dentro das geografias de gênero e sexualidades”.

Acrescentamos, dessa maneira, diálogos com autores cruciais como Preciado (2019, 2020), que permeia nossa escrita a partir de sua própria estruturação sobre os banheiros enquanto espaços de controle dos corpos. Trazemos Louro (2003), visto que a autora evidencia o espaço escolar em uma relação direta com instituição das performances de gênero, e Barbosa (2017, 2023), Junckes e Silva (2009) que versam mais diretamente sobre os banheiros escolares e sua função educacional, além de outros autores que, de forma implicada, estruturam nossa base teórica e metodológica.

A partir disso, tecemos uma cartografia (Rolnik, 1989) estruturada através de trabalhos de campo, realizados concomitantemente ao período do meu estágio, no qual coloco (ao longo da pesquisa em curso) em jogo minha própria vivência. Recorremos a Favero (2020) para discutir motivações que, de forma análoga, demonstram a importância de considerar nossas corporalidades durante o processo de pesquisa. Não se trata apenas de “confessar o lugar de enunciação do pesquisador/a” estamos, de forma contrária, advogando em prol de uma concepção de espaço que reconheça os endereçamentos desiguais atribuídos a pessoas com “corporalidades marcadas” (McDowell, 2000). Esta pesquisa não seria a mesma se um dos autores não tivesse se questionado, inúmeras vezes, antes de iniciar seu processo estágio, como seu corpo ia ser lido no Instituto de Aplicação da UERJ, como seria voltar, agora como docente, quais seriam os espaços seguros e aqueles potencialmente mais violentos? Favero (2020) traz sua identidade como elemento estruturante da sua metodologia de pesquisa:

Sou travesti (...) isso eu já sabia. Apesar de tais marcadores terem alguma relação com o fato de encontrar adversidades ao longo da pesquisa, não bastaria sobressaltá-los. Em outras palavras, não é o suficiente dizer quem se é ou de onde se fala. É necessário que esse dado consiga ser articulado com o processo metodológico da pesquisa. Sendo assim, “escola”, “clínica” e “família” eram espaços que tinham algo em comum, pois reagiam à minha posição enquanto travesti de modos que provavelmente não reagiriam caso a pesquisadora fosse cisgênera (Favero, 2020, p.6, grifos nossos).

E, assim, abre os caminhos para que possamos entender a cartografia como a afirmação de um território existencial (Alvarez; Passos, 2009). Um processo que conjuga e nos permite ver os rastros e registros de resistências. O caderno do campo do cartógrafo, como sugere Rolnik (1989), vai guardando as anotações das reações das pessoas ao circularem pela escola, as minhas impressões

sobre os banheiros (generificados ou não), sobre as salas de aula, corredores, enfim, dá vida ao dia-a-dia vivido por uma pessoa trans não binária ao longo do campo.

Soma-se a isso a premissa do meu corpo enquanto um espaço existencial (Barbosa, 2023; Lima, 2023) e a minha relação com os banheiros enquanto espaços reprodutores de opressões e vigilâncias de gênero (Preciado, 2019). Realizei mais sistematicamente, ao longo de 6 meses, o trabalho de campo pelos banheiros do CAP-UERJ a fim de evidenciar e fotografar as brechas observadas, contidas nas grafias que formam esses espaços, ou seja, chamando atenção para sua estruturação arquitetônica e simbólica.

Destarte, o diálogo exposto a seguir é fruto da bricolagem entre as experiências empíricas oriundas do campo, das articulações assentadas em bases epistemológicas trans referenciadas e da minha própria posicionalidade neste espaço. Nesse caminho, estruturamos o artigo da seguinte forma: em um primeiro momento, compreendemos o espaço escolar como um espaço de manutenção das estruturas cisheteronormativas, evidenciando como essa configuração se faz presente também no referido Instituto. Em seguida, abordamos os artefatos (como placas, cabines/mictórios, etc.) presentes no banheiro “de gente” e no “banheiro estagiários” do CAP-UERJ que subvertem a norma cisgênera, indicando, portanto, como as grafias presentes no recorte estudado fissuram o (cis)tema. Para que, finalmente, possamos entender de que maneira a estruturação dos banheiros sem imposições de gênero gera uma possibilidade de estabelecer diálogos formativos que abarquem existências transgenerificadas tanto na formação de professores como no próprio espaço escolar.

2. A ESCOLA NORMAL

“Minha in-existente existência como homem trans
é ao mesmo tempo, o clímax do antigo regime sexual
e o princípio do seu colapso”
(Preciado, 2020, p. 30)

A escola é um espaço de constantes disputas de narrativas, onde a prática que prevalece, desde a sua formulação inicial, é cisheteronormativa. O espaço educacional é como um espelho da sociedade, que reflete os ideais da classe dominante e busca moldar aqueles que ali veem seus reflexos nesta formatação. Assim, todo ser que em sua existência não cumprir com cada um dos marcadores sociais estabelecidos, sofre em seu processo educacional algum tipo de mazela, afinal: “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (Louro, 2003, p. 64).

Temos, portanto, como foco deste tópico, a maneira como esse (cis)tema produz e reproduz nas crianças uma maneira de performar e se adequar ao padrão através do que foi instituído como “ser menino ou ser uma menina”, engendrando o que é normatizado a partir das identidades de gênero nos estudantes, inclusive os do CAP-UERJ.

Em meu estágio, é obrigatório um período mínimo de quinze horas de observação de uma turma específica antes de reger duas aulas para essa mesma turma fixa. Para isso, tenho acesso também ao pátio do colégio, ao refeitório, aos locais de convivência nos corredores, as salas destinadas aos estagiários, etc. tendo, dessa maneira, uma gama de locais de observação, entendendo que os diferentes espaços geram nos alunos distintas possibilidades de expressão, produção e atividades.

Dessa forma, fica muito marcado durante a observação o código binário no qual as performances se encontram e as reações negativas que são propiciadas a partir de qualquer comportamento que desafie essa programação. Seja através de um “*Ih, alá*” expressado pelos meninos que ficam agrupados em um canto da turma, ou por uma risadinha emitida pelas garotas que ficam no canto oposto, a performance corporificada de gênero é constantemente avaliada na escola. Afinal, conforme o proposto por Foucault (1994, p. 158), “uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência”. O autor é enfático ao dizer que, nesse contexto, tudo fala da maneira mais prolixa e exaustiva sobre as normativas que, sendo atreladas aos marcadores de gênero e sexualidades, frequentemente tentam ser invisibilizadas.

Tendo isso estabelecido, fizemos uma leitura da minha experiência em uma das turmas da educação básica que estive observando - junto a outra colega da geografia que é também trans - onde foi possível ver uma clara divisão de gênero até mesmo na organização espacial da sala. Formando um “L de cabeça para baixo”, temos o grupo dos meninos, eles gostam de fazer brincadeiras que incluem “pequenas agressões”, constantemente tem uma bola de futebol entre os pés - que rapidamente é confiscada pelo professor que está em sala - e não demonstram preocupação acerca do volume de suas vozes ou com o proferimento de xingamentos (colocados quase sempre como brincadeira). Formando “outro L”, que se encaixa no anterior para formar o quadrado no qual está configurado a sala de aula, temos o grupo das meninas, com seus cadernos perfeitamente decorados em estilosas *letterings*, que falam baixo (e que diminuem ainda mais suas vozes para dizer algo que destoe aos padrões) e cujas as atividades que fogem da aula tendem a ser pintar algo ou enfeitar seus cabelos.

Essa paisagem, entretanto, é “deturpada” por um único menino que se senta com as meninas. Esse estudante emerge como uma dissidência, visto que provoca através da sua fala, seu caderno, seus comportamentos no geral, uma quebra das expectativas de gênero atribuídas as infâncias e

juventudes. Notem que não estamos falando de uma identificação feita pelo próprio sujeito, ou mesmo sobre uma possível afirmação identitária, estamos apenas sublinhando que ao menor sinal ou marca expressiva de gênero que se afaste um pouco dos padrões hegemônicos de masculinidade e/ ou feminilidade, são assombradas as ordens cisheteronormativas.

De maneira afim, a presença dos estagiários - eu e a outra pessoa previamente mencionada - desafia as normativas de gênero na sala de aula apenas ao imprimir nossa existência no espaço, principalmente enquanto estudantes que almejam o local da docência (algo que nesse estágio inclusive chegamos a ocupar), pois não é isso que é esperado do corpo trans.

Vale lembrar que o desenho da normalidade, feito e reafirmado através das expectativas das performances generificadas do que é “ser homem ou ser mulher”, foram tecidos antes mesmo dos nossos nascimentos e é em torno disso que são imaginadas expressões, gestos e comportamentos. Assim, a vigilância discutida por Foucault (2010), em *História da Sexualidade*, pormenoriza o patrulhamento dos trejeitos, do tom de voz, da forma de andar, encarados tantas vezes como verdadeiras armadilhas no contexto inescapável (de denúncia) vinculada à reprodução da cisheteronormatividade.

Nossa linha argumentativa sugere que a carência de uma análise espacial corrobora com a manutenção e naturalização da cisgeneridade enquanto norma expressa na constituição de espaços binários (Barbosa, 2023). O reconhecimento da cisheteronormatividade (Vergueiro, 2015), conseqüentemente, parte de uma elaboração discursiva que institui determinados corpos como adequados, os quais precisam ser nomeados e conjugados a sua possibilidade de existência e circulação livre e não marcada. A invisibilidade, a qual nos remetemos, da cisgeneridade como marcador social, configura-se como uma contribuição significativa para o trabalho desenvolvido desde as *Trans-Geographies* que, no caso deste artigo, constitui recursos para entender o espaço escolar.

Assim, é possível presenciar pelos corredores algumas pessoas onde, em primeiro plano de observação, a normativa não é cumprida. Porém, de uma forma abrangente, segundo Junckes e Silva (2009),

a escola aparece, pois, como uma instituição que silencia a dor sofrida e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, assim como a agressão aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída. Os gestos e ações cotidianas expressam a mensagem de que o espaço educacional não os acolhe e isso se impregna em sua auto-estima, acabando por produzir uma auto-imagem de ser anormal (Junckes; Silva, 2009, p.153).

Dessa forma, o Instituto de aplicação Fernando Rodrigues da Silveira pode constituir um exemplo que é desenhado ainda dentro de um projeto que é o espelho de uma sociedade cisheteronormativa (da qual a escola é uma engrenagem), quando esses alunos sofrem as

consequências negativas - percebidas através da transfobia velada ou das violências contidas nas piadas, no deboche e nos olhares direcionados - há uma performance que não se adequa aos moldes binários. Entendendo que “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (Foucault, 1994, p. 163).

Fica claro que é justamente a partir dessa fiscalização de performances e das violências decorrentes da mesma que é estruturada a escola e, por consequência, todos os espaços incluindo os banheiros presentes na mesma, excluindo aqueles que (trans)gridem aquilo que é, a exemplo do aludido neste subtítulo, a ilustração da “escola normal”. Entretanto, como exibiremos a seguir, é possível encontrar uma rachadura nessa estrutura, que possibilita outras formas de permanência, de expressão de gênero, afirmação da vida, a partir de espaços de fissura como os referidos banheiros deste Instituto.

3. TECNOLOGIAS (CIS)GENERIFICADA: QUEM PODE USAR OS BANHEIROS?

“Por exemplo, o fato das casas de banho serem divididas por sexo, tendo um espaço exclusivo para mulheres e outro exclusivo para homens, normaliza determinadas significações sociais em detrimento de todas as outras. Isto dá lugar a que as identidades culturais dissidentes da norma heterossexual vivenciem situações de preconceito, humilhação (incluindo agressões físicas e psicológicas) e exclusão social” (Ciconetti, Ferreira, Silva, 2023, p.465).

Os banheiros públicos expressam, em sua arquitetura e símbolos, a lógica dicotômica de gênero e sexo - nesse caso intrinsecamente relacionados - abordando, dessa forma, algumas tecnologias para estabelecer que corpo ali é aceito/normalizado. No caso aqui retratado, iremos realizar nossa análise a partir das grafias, ou seja, placas designadoras de gênero das cabines e dos mictórios.

Podemos pensar, por exemplo, em uma placa vermelha com uma figura triangular, acoplada a dois retângulos e um círculo (que representa uma pessoa usando vestido) logo na entrada. Se pensamos em um banheiro com este símbolo, imaginamos automaticamente um local repleto de cabines individuais fechadas, geralmente com um espelho e, certamente, teremos ali uma observação extensa, um escrutínio, por parte de quem os utiliza a fim de enxergar, em outros corpos que ocupam aquele espaço, aquilo que socialmente entendemos enquanto feminino.

Há, portanto, a procura por uma face sem pelos, uma cabeça de cabelos longos (ou minimamente à altura dos ombros), um corpo sem músculos marcados, com seios e se utilizando de roupas que também são consideradas femininas, ou seja, geralmente mais coladas ao corpo e que apresentam um padrão (exagerado) de decotes em *V*.

No seu completo oposto, teríamos, então, uma placa de entrada azul, composta por um conjunto de retângulos e um círculo, o que representa um corpo sem quaisquer vestimentas. No interior deste

banheiro, uma fileira de mictórios, sem uma grande preocupação com a presença de um espelho e talvez a presença de uma cabine ou outra. A vigilância dos corpos que utilizam esse espaço também é intensa, porém são procurados símbolos daquilo que é compreendido como masculino, ou seja, tudo aquilo que não é feminino, uma vez que esta relação identitária é construída a partir da negação - um é tudo aquilo que o outro não é.

Observamos uma estrutura comum aos banheiros públicos, onde as placas funcionam como uma espécie de catraca designando quem pode ou não ter acesso àquele espaço e, simultaneamente, como um índice do que podemos esperar encontrar nele. Qualquer característica contrária à expectativa criada por essa primeira tecnologia, rompe com toda uma estrutura que temos muito bem estabelecida na normativa cisgênera, como explicitado por Preciado (2019):

na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, guarda-chuva ou chapéu, bigode ou florzinha, como se tivéssemos que entrar no banheiro para refazer o gênero mais do que se desfazer da urina e da merda (Preciado, 2019, p. 1).

As cabines e mictórios que eu poderia encontrar também se fazem ausentes, trata-se de um banheiro individual, com uma privada, que não me restringe a lógica de um corpo público ou privado (Preciado, 2019) e que me garante distância dos olhares fiscalizadores que buscam em mim símbolos masculinos ou femininos, que buscam definir se sou ou não, um corpo validado, que merece mijar e cagar.

Dialogamos então com Barbosa (2017, p.76), visto que, para a autora, no contexto escolar “o banheiro converte-se em estratégia de aprendizagem através da qual se interiorizam as normas de gênero estabelecidas socialmente, reforçando a exclusão dos corpos rebeldes”. Tomando por base a minha trajetória, os diálogos com a estagiária com a qual compartilho o cotidiano da licenciatura e desta prática docente e as considerações dos autores, observamos a emergência dos banheiros do Instituto como espaços de existência para nossas corpos trans.

De maneira que o “banheiro de gente” do CAP-UERJ, que subverte as normativas de gênero de forma até mesmo abrupta, bota em primeiro plano sua catraca, àquela que deveria me mostrar que meu corpo não pertence à escola, que não existe. O que há, entretanto, é justamente o contrário, logo na porta do banheiro, tenho um sumário (cis, trans, etc.), representado na figura 1, que deixa clara a minha existência, que me valida enquanto sujeito, estagiário, professor em formação e atuação junto às turmas com quais convivo.

Lima (2023, p.83) sintetiza o argumento: “o corpo é, por assim dizer, a escala espacial primeva do existir”, é o “marco zero da experiência” e, para nós, é com o corpo que os/as sujeitos/as experienciam e constroem suas trajetórias escolares. Por mais que saibamos que todos os corpos são atravessados, estão inscritos e, conseqüentemente, expressam elementos da cultura ao tornarem-se (e

serem lidos como) espaços existenciais, apenas alguns deles podem repetir a enunciação de Preciado (2020), que “pagou com o corpo o nome que carrega”. Logo, para nós, é na relação entre essas duas espacialidades discursivas que “o banheiro de gente” humaniza vidas historicamente marginalizadas e expulsas da educação básica.



Figura 1 - Placa em frente ao banheiro “de gente”.
Fonte: Acervo pessoal.

De forma semelhante, o banheiro dos estagiários, apesar de em sua placa, que pode ser vista na figura 2, apresentar estéticas/ tecnologias comuns aos banheiros generificados (as representações binárias previamente mencionadas), me mostra uma possibilidade de conforto e segurança ao não ser barrado na entrada ou não poder ser questionado sobre minha presença naquele local ao abarcar tanto o feminino quanto o masculino.

De forma análoga ao banheiro “de gente”, o “banheiro estagiários” é estruturado a partir de duas cabines individuais, com um único vaso sanitário cada. Do lado de fora dessas cabines, uma única pia abaixo de um espelho que não me remete (como ocorre em outros ambientes) aos detalhes do meu corpo, que não cumprem o *checklist* de características generificadas socialmente esperadas, ou seja, que não abarca a minha existência, à medida que ousa (trans)gredir.



Figura 2 - Placa em frente ao banheiro neutro dos estagiários.
Fonte: Acervo pessoal.

Entretanto, consideramos de extrema importância termos um ponto aqui estabelecido: os banheiros do CAP-UERJ (isoladamente) não rompem com a estrutura da “escola normal” abordada anteriormente no trabalho. O banheiro dos estagiários, inclusive, não problematiza através da paisagem escolar analisada a importância de banheiros sem imposições de gênero desde a sua concepção. Trata-se, nesse sentido, de uma leitura feita com base nos trabalhos de campo, nos quais não foi possível, por exemplo, notar discussões implicadas realizadas por estagiários/as cisgêneras que igualmente frequentam aquele espaço.

O banheiro de gente, por outro lado, foi um espaço pensado para contemplar corporeidades (trans)gressoras de gênero, mas não carrega em si a capacidade de desestruturar todo um (cis)tema educacional constituído sobre o pilar das normativas dicotômicas que formam o ideal cis de homens e mulheres.

Apesar disso, ambos os espaços apresentam, a partir de sua arquitetura/ organização, uma rachadura no espelho formativo de normatização que é o espaço escolar, permitindo que outros corpos, em um pequeno, mas definitivamente existente, momento possam reconhecer que outros moldes, corporalidades, maneiras de vivenciar o espaço, são possíveis.

E mais que isso, é através do e com o reconhecimento público dessas corporalidades, que (nós) pessoas trans, existimos, que ocupamos o ensino básico e ratificamos que o espaço escolar também é nosso. É sobre termos direito a todo e qualquer local que dizem não nos pertencer, pois o banheiro reflete, em uma pequena e detalhada escala, toda a estrutura social que busca violentar e excluir nossas vidas enquanto pessoas trans, enquanto corpos “anormais”.

4. HORIZONTES COLOCADOS NO/PELO ESPAÇO ESCOLAR: O APROFUNDAMENTO DAS RACHADURAS

Anteriormente, abordamos o “banheiro de gente” da maneira como foi possível experienciá-lo durante o trabalho de campo que foi realizado no primeiro semestre de 2025. Naquele momento ele mantinha sua estética inicial, datada do ano de 2022. Todavia, as aprendizagens oriundas dos saberes trans nos convidam a imaginar outras geografias possíveis, configurações espaciais mais justas e a importância das conjurações tramadas em coletividades dissidentes, como nos interpela Mombaça (2021), através do livro “Não vão nos Matar Agora”.

Nesta seção, gostaríamos, entretanto, de recorrer à cartografia para ativar significativamente a imagem de uma rachadura, seu aprofundamento gradual, o desgaste lento das paredes e a forma como este se expande, desgastando não apenas a pintura, como pondo em risco a própria estrutura.

Como desdobramentos da rachadura inicial discutimos a resolução n.º 04/2025, que “Regulamenta a adoção do nome social no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências” e os horizontes postos através das grafias das placas dos banheiros neutros do CAp-UERJ que estão em vias de atualização.

Interessam-nos, especialmente, um recorte dos Artigos 1º e 2º desta resolução que analisaremos na sequência:

Art. 1º (...)

§ 3º - Todos as/os servidoras/es, terceirizadas/os, estagiárias/os, prestadoras/es de serviço e estudantes deverão *respeitar a identidade da pessoa*, tratando-a pelo nome social e a identidade de gênero indicados.

§ 4º - Para fins desta Resolução, além das pessoas qualificadas no § 3º deste artigo, seus efeitos estendem-se também aos demais interessados que vierem a possuir ou que possuam vínculo temporário com a UERJ, tais como: pós-doutorandas/os, servidoras/es contratadas/os por prazo determinado, estagiárias/os e, ainda, trabalhadoras/es que vierem a prestar ou que prestem serviços de natureza voluntária ou remunerada junto à Instituição.

§ 5º - O direito assegurado por força desta Resolução estende-se também àquelas/es interessadas/os que vierem a participar de eventos, tais como: congressos, fóruns, simpósios e cursos de extensão a serem ofertados pela UERJ.

Art. 2º

Nos campi desta Universidade, é assegurado o uso de banheiros, vestiários e demais espaços adequados às diferentes identidades de gênero de cada indivíduo.

Considerando a estrutura normativa da UERJ, não é desimportante compreendermos que a arquitetura do espaço escolar teve a normativa cisgênera tensionada por seu próprio corpo discente. Emerge do chão da escola a urgência de utilização dos banheiros por corporalidades que não se adéquam ao padrão imposto. Vem justamente do Instituto de Aplicação a convocação para (re)pensar a formação docente a partir da diferença.

O primeiro artigo da normativa assegura, em âmbito institucional, a garantia não apenas do nome social, como coloca no centro da cena o respeito à identidade de gênero da pessoa. Trate-se de dar nome e reconhecer existências autônomas, mesmo diante das forças e violências heterônomas que tantas vezes interditaram esse espaço para, por exemplo, corpos trans e travestis. Além disso, interessa-nos, especialmente, o segundo artigo, através do qual é assegurado o direito de utilização dos banheiros de acordo com a identificação de gênero de cada sujeito. Não podemos, portanto, esvaziar de significado o avanço que é a existência da institucionalização dos nossos direitos ao nome (social) e a garantia de realização de atividades fisiológicas em espaços mais seguros.

Entretanto, não podemos nos furtar à crítica que acompanha não apenas a necessidade desta normativa, como as necessárias mudanças estruturais que deverão acompanhá-la para que não se repitam (em outros Institutos) as violências já expostas na introdução deste trabalho. Dessa forma, por mais absurdo que pareça para alguns o imperativo de uma resolução que afiance essas mudanças e ela que também discursivamente aprofunda aquela metáfora das rachaduras. Permitindo-nos tanto

existir quanto lutar por futuros outros, ou seja, abrindo novas frestas que afirmem a nossa (re)existência (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022) e que, aos poucos, representem as ruínas do (cis)tema.

É esse ato administrativo, inclusive, que corrobora com a importância e com a transgressão empreendida pelo “banheiro de gente” no CAP-UERJ - que na época de sua implementação sofreu resistências oriundas da comunidade escolar. Trazendo, assim, para o âmbito institucional a necessidade de um debate responsável sobre as desigualdades que envolvem as identificações de gênero no que tange ao acesso e à permanência da população trans na educação básica, no ensino superior e na pós-graduação atendidos por esta Universidade.

É em prol desse horizonte que a Figura 3, posta a seguir, foi desenhada. Referimo-nos a uma nova placa para o “banheiro de gente”, que após alguns anos de existência no CAP-UERJ, muda seu nome e sua representação estética, adicionando inclusive novas cores e, com isso, deixando mais explícito que não há uma performance de gênero imposta que possa ser analisada antes ou na/ para utilização daqueles banheiros.



Figura 3 – Arte da placa dos banheiros neutros.
Fonte: Acervo pessoal.

Assim, o espaço escolar se abre, convida a comunidade para habitar as falhas, para ver desde dentro das fraturas novas oportunidades de configuração/ organização do espaço, distantes daquelas excludentes que ao reconhecerem apenas a cisgeneridade como possibilidade de existência, durante

tanto tempo excluíram e marginalizaram tantas corpos trans. As placas, que compõem as paisagens do CAP-UERJ, são formativas e expressam movidas feitas a contrapelo com o objetivo de construir espaços mais justos e seguros para todos os corpos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi trazido neste trabalho entendemos que o CAP-UERJ é, assim como todo espaço educacional, um dos meios de manutenção da normatização cisgênera dos corpos desde a mais tenra idade. É um local que, em sua estrutura - tanto no discurso que perpetua a educação quanto em seus símbolos - traz os mecanismos cisheteronormativos responsáveis pela projeção ideal de um corpo cis, hetero, branco e, muitas vezes inserido imagetivamente “na elite” através da reprodução do espaço do Instituto como uma “escola de excelência”.

Entretanto, a existência de pessoas trans na UERJ (tanto na educação básica quanto no nível superior) já carrega em si uma rachadura, e quando essas pessoas se articulam de maneira a se acolher e lutar pela transformação do espaço - como é o caso da Rede de Estudantes Trans e Travestis Organizadas da UERJ ou do Coletivo Ylê (coletivo de alunes trans da Geografia UERJ - Maracanã) - isso desarruma a norma estabelecida, uma vez que através desses movimentos há uma possibilidade de ocupação e de afirmação da presença de pessoas trans nos espaços educacionais.

E, é assim que as tecnologias e estéticas representadas nas placas do “banheiro de gente” e do “banheiro estagiários”, aprofundam as fissuras nessa estrutura de opressão, pois a criação desses espaços marca publicamente, ou seja, dá visibilidade a outras formas de existência. Suas grafias, reafirmam que pessoas trans têm direito àquele espaço. Tal “falha” permite que sejam abertos diálogos de gênero e sexualidade em um espaço que tradicionalmente foi compreendido como extremamente violento, não só para vivências transgênero, mas também para pessoas cis, uma vez que a padronização da performance é aplicada sobre todas as crianças presentes no espaço escolar.

Esses banheiros simbolizam, por exemplo, pedras jogadas em um lago estático, capazes de propiciar ondas de mudança que ajudam a tornar a escola, pelo menos nessa escala, em um local mais seguro. Sua importância reverbera para além daquilo que é notório à primeira vista, através do reconhecimento das trans-existências, ampliando sua função pedagógica de uma afirmativa protética: banheiros são espacialidades de gente. A humanização a qual nós merecemos e temos direito, refuta o medo de frequentar a escola, de realizar uma das necessidades fisiológicas mais básicas. Assim, se todas as crianças devem ser protegidas durante as suas trajetórias escolares, isso inclui repensar as arquiteturas, práticas e currículos para que todas as corpos possam se sentir acolhidas e pertencentes.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.
- BARBOSA, A. C. S. Corpo-espaço entre caminhos cis-binários: Aprendizagens sobre uma geografia das opressões. SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. L. **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 504-531.
- _____. As trans-formações dos corpos travestis e o espaço escolar: Uma leitura que não cabe no masculino e feminino. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. L. **Diálogos Ibero-latino-americanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017. p. 67-83.
- _____. Da resistência à trans-existência: reimaginando a vivência espacial dos corpos na cidade. In: LIMA, I. G. de (org). **Uma mirada antigeopolítica: Tensão, resistência e emancipação na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025. p. 407-444.
- BINNIE, J. Prefácio. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaço**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.
- CICCONETTI, J.; FERREIRA, E.; SILVA, M. J. Espaço Escolar e Gênero: a (re)produção do binarismo de gênero. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. L. **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 456-483.
- FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. Equatorial. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN**, Natal, v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história de violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1994. 288p.
- HURTADO, L. M. PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y Re-existir. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 2022.
- JUNCKES, I. J.; SILVA, J. M. Espaço Escolar e Diversidade Sexual: Um Desafio às Políticas Educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 1, p. 142-161. 2009.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003. 184p.
- LIMA, I. G. O Argumento Político do Corpo nas Dobras do Espaço Liminar. IN: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. L. **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 69-115.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 314p.
- MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobodó, 2021. 144p.

PRECIADO, P. B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, v. 7, n. 20, 2019.

_____. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 320p.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989. 248p.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. L. (orgs). **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. 560p.

_____. **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaço**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. 400p.

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Resolução n.º 04/2025 de abril de 2025**. Regulamenta a Adoção do Nome Social no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: UERJ, 2025.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado, em Humanidades) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.